Negociação, moratória etc.

Barbosa Lima Sobrinho

Confesso que não me considero vulnerável aos chamados erros de revisão. Entre outros motivos, porque fico sempre em dúvida se a falta é minha, ou dos outros. Receio, também, que a correção passe despercebida aos que se detiveram no erro. Isso tudo a propósito de um **irresponsável** que me surpreendeu, num artigo em que eu louvava, não sei bem se a **irresponsável**, ou a **insuperável** pesquisa que Vamireh Chacon havia realizado, nos arquivos da Colômbia, a respeito de Abreu e Lima, General de Bolívar. Felizmente, o artigo não deixava dúvidas, quanto à excelência do livro que Vamireh Chacon acabava de publicar, para figurar entre as comemorações do bicentenário do nascimento do Libertador, destacando a vida e as façanhas de um de seus colaboradores, herói também de Boytacá, de Carabobo e Puerto Cabello, e até mesmo de Ayacucho, dessa vez com San Martin.

Esse pequeno episódio, com um **"irresponsável"** caído insidiosamente de um teclado de linotipo, ou de máquina de escrever, serviu-me de alerta para que eu não acreditasse muito na expressão "calote", de que se havia servido o Sr Aureliano Chaves, admitindo-a como sinônimo quase perfeito de **"moratória"**. Tenho o maior respeito pelo atual Vice-Presidente da República, através de uma vida em que todos destacam e reconhecem a honradez e o espírito público, que parece que não são exigidos de tantos outros presidencialistas que andam por aí. Mas há profundas diferenças entre **calote** e **moratória**.

Ou por outra, **moratória** só é **calote** quando surpreende o credor, e surge como iniciativa e decisão exclusiva do próprio devedor, imposta e não negociada com o dono do dinheiro. Embora seja isso o que se vem fazendo, infelizmente, por obra e graça dos dirigentes de nossa política financeira, quando se suspendeu o pagamento dos juros devidos e se recusou, por conta própria, o cumprimento de obrigação em vigor. Não houve nenhuma notícia de que se houvesse negociado com os credores o adiamento de prazos já vencidos. Já estava o país inadimplente, quando recorreu ao Fundo Monetário Internacional, convencido, ao que me parece, de que os credores não levariam ao protesto os títulos não resgatados.

No vasto império dos negócios,

todos sabem que existem períodos de vacas magras, em que costumam falhar as mais prudentes previsões, o que exime de culpa o comerciante arrastado por um ciclone. A doutrina da imprevisão está aí, para distinguir e separar a honestidade do aventureirismo, da astúcia e da fraude.

A própria falência tem como função essencial estabelecer os limites da honradez, num caso de insolvência que pode ter explicações dignas e honestas. Como numa escada, em que se começa com a concordata e pode-se chegar à falência, que tanto pode ser honrada como fraudulenta, resultado de fatores imprevisíveis, como de simples imprudências, ou de trapanças intencionais, em que esteja presente o dolo e a preocupação do enriquecimento ilícito. Não incluiria nesse domínio da imprevisão a ausência de medidas com que atenuar o segundo choque dos preços do petróleo, quando se vê que os países industrializados tomaram providências acertadas, que o atenuaram e o diluíram, ao contrário dos países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil, colhidos e arrastados na surpresa que estava longe de ser de todo imprevisível.

A moratória também pode servir para encobrir situações diferentes, quando há a negociada e a imposta, a que é ajustada com os credores, e a que resulta de uma deliberação exclusiva dos devedores. Como também pode ser decretada pela própria autoridade, como remédio inevitável para situações de catástrofe, num caso de terremoto, por exemplo, ou para facilitar empreendimentos que, no momento, se tornem imperiosos. Como seria o caso da moratória estabelecida por São Luís, Rei da França, para os Cruzados que partiam para as guerras santas. Ou numa cidade ameaçada pela descida das lavas de um vulcão. Quem se atreveria a falar em calote, nesses casos em que se procurava atender a interesses, não apenas dos devedores, como dos próprios credores, que perderiam muito mais, se admitida a exigência do pagamento imediato?

Até aí, em face de medidas para atender a situações individuais. Mas quando se trata de dívidas do próprio Estado, o calote estaria em deixar de pagar, na data certa do vencimento das dívidas, quer se tratasse da amortização, quer do

serviço dos juros. A moratória imposta pelos devedores é que poderia merecer o nome de calote. Não está sendo essa a situação, ou a opção preferida pelos dirigentes de nossa política financeira?

Não creio que Campos Sales tenha tido o sentimento de vergonha, quando foi ajustar, com os nossos credores de Londres e de Paris, um novo sistema de prazos com que tornar acessível ao Brasil o pagamento de sua dívida externa. Nem a moratória é outra coisa do que modificar os prazos, para que se possa cumprir melhor a obrigação de pagar. Por isso mesmo é, na essência, um gesto ou uma atitude de devedor, que deseja cumprir obrigações que, de outro modo, não teria condições de satisfazer. Não estará também aí o interesse dos próprios credores?

O que não é possível é juntar, a condições legítimas, obrigações inaceitáveis, e que poderiam afetar até mesmo os melindres da soberania nacional. Nas cinco moratórias que já figuram na história financeira de nosso país, sempre contamos com negociadores que se davam a respeito, e que nunca se consideraram diminuídos em negociar prazos que viessem facilitar o cumprimento de nossas obrigações. Não se pensava em iludir os credores com estatísticas falsas. Nem com promessas em que já se sentia a intenção de não valerem senão como promessas.

A verdade é que o povo brasileiro tem a impressão de que está vivendo dentro de um túnel, sem ter certeza de que haverá saída para o ar livre. Nada além de palavras, palavras e palavras. Numa situação que já se pode definir como de moratória de promessas, aceitando como inelutáveis todas as exigências dos credores, até mesmo as mais iníquas, as que fazem recair, sobre os salarizados, o peso esmagador de uma dívida, que não se fez a favor deles, ou em seu benefício. Que importância tem, para o Fundo Monetário Internacional, a sorte ou o destino do povo brasileiro? Pensam apenas nos credores, na abastança deles, nas vantagens que estão disputando. E, no papel de Shylock, querem que a dívida se resgate com o sangue do devedor. Não seria o caso de voltar a Shaks-Peare e ao **Mercador de Veneza**? E de cuidar um pouco mais do povo brasileiro?